



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A gestão democrática e o PPP na Educação de Jovens e  
Adultos**

**EMANUEL TEODORO RODRIGUES**

**Belo Horizonte  
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PPP NA EDUCAÇÃO DE  
JOVENS E ADULTOS**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do Professor Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**Belo Horizonte  
2013**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

EMANUEL TEODORO RODRIGUES

## **A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PPP NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em \_\_\_\_ de novembro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Professor Avaliador

---

Prof. Anderson Ribeiro de O. Santos Silva – Orientador

---

Emanuel Teodoro Rodrigues - Cursista

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo descrever e avaliar a participação da comunidade escolar na construção do PPP e a empregabilidade do PPP na Educação de Jovens e Adultos demonstrando a importância da democratização do trabalho na Educação de Jovens e Adultos e entendendo de que forma essas relações interferem na implantação efetiva da gestão democrática, fundamental para a oferta de uma educação de qualidade principalmente quando se trata de uma nova modalidade de ensino.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Gestão Democrática; educação.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
1.A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG.....	07
1.1 Organização das turmas.....	07
1.2 Organização dos Tempos do Educando/a.....	08
1.3 Organização curricular.....	08
1.4 Metodologia.....	09
1.5 Regime de Matrícula.....	09
1.6 Frequência.....	10
1.7 Certificação.....	10
2. A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS .....	15
ANEXO.....	18

## INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, como um direito humano, é uma modalidade própria da educação, devendo ser permeada pelo diálogo entre a educação popular e a educação escolar e pela construção coletiva de uma educação continuada.

Seu currículo deve ser a expressão viva dos interesses, dos modos de vida, das experiências com o mundo do trabalho dos educandos e educadores, possibilitando educação formal e informal. Dentro do sistema escolar, a EJA deve ser cada vez mais flexível às trajetórias dos jovens e adultos, marcadas por dificuldades e contínuas exclusões numa sociedade de classes.

Para a construção da EJA é imprescindível a necessidade de se ter a sensibilidade e a postura política frente às injustiças, desumanidade e desigualdade social vivenciadas pelos jovens e adultos. Trabalhar na EJA é ter compromisso com a transformação social. Sonhar com outro mundo possível, de justiça, igualdade social e solidariedade. É se colocar ao lado dos sujeitos para transformar, com os conhecimentos e lutas, a sociedade brasileira.

A EJA se prima pela construção coletiva e democrática, requerendo a participação dos educadores e educandos na definição de seus tempos, de suas regras de convivência, na construção dos conhecimentos implicando no rompimento da experiência individualista e fragmentada do ensino. Assim, a EJA tem um currículo fundado nas experiências dos seus sujeitos.

A construção, implementação e gestão da EJA demonstra através de seus tópicos, que há a busca pela efetivação da gestão democrática no seu cotidiano, uma vez que sua estrutura organizacional baseia-se no princípio da participação, princípio da gestão democrática. Assim, conforme JAPECANGA (2000, p.46), “A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas”. A construção do Projeto Político Pedagógico coletivamente é um passo extraordinário para essa dinâmica democrática que traz a capacidade de envolver e mobilizar os sujeitos em torno da educação de qualidade.

Este trabalho tem como objetivo descrever e avaliar a participação da comunidade escolar na construção do PPP na atual gestão da EM Despertar do Saber e a empregabilidade do PPP na Educação de Jovens e Adultos.

## **1. A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG**

O PROJETO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS na Rede Municipal de Divinópolis tem como foco o atendimento às necessidades, anseios e especificidades dos educandos jovens e adultos, a ser implantado, inicialmente, nas Escolas Municipais onde já funciona o Ensino Fundamental.

### **1.1 Organização das turmas**

De acordo com a demanda, no PROJETO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, poderão ser organizadas turmas para atender aos educandos até 18 anos e turmas para atender aos educandos com idade acima de 18 anos.

Essa organização de turmas se faz necessária para um melhor atendimento às diferentes expectativas dos jovens e adultos conforme bem fundamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, Parecer 11/2000 do CNE/CEB:

“Importante é também distinguir as duas faixas etárias consignadas nesta modalidade de educação. Apesar de partilharem uma situação comum desvantajosa, as expectativas e experiências de jovens e adultos freqüentemente não são coincidentes. Estes e muitos outros exemplos deverão ser re-significados onde o zelar pela aprendizagem, tal como disposto no art. 13, III da LDB, ganha grande relevância. Desse modo, os projetos pedagógicos devem considerar a conveniência de haver na constituição dos grupos de alunos momentos de homogeneidade ou heterogeneidade para atender, com flexibilidade criativa, esta distinção. Não perceber o perfil distinto destes estudantes e tratar pedagogicamente os mesmos conteúdos como se tais alunos fossem crianças ou adolescentes seria contrariar mais do que um imperativo legal. Seria contrariar um imperativo ético”.

Além da organização das turmas por idade, este projeto possibilitará outras formas de agrupar os educandos/as, considerando a sua formação, vivências, interesses, projetos de trabalho e gênero, objetivando o atendimento à diversidade sócio-cultural e aprendizagem dos mesmos/as.

### **1.2 Organização dos Tempos do Educando/a**

Este Projeto está organizado em dois segmentos e tem a flexibilização do tempo escolar como um dos princípios para se garantir a inclusão. O primeiro segmento terá duração mínima de um ano, e corresponderá aos anos iniciais do Ensino Fundamental. O segundo segmento terá a duração de dois anos e corresponderá aos anos finais do Ensino Fundamental.

Os dois segmentos serão estruturados em regime de alternância de estudos, incluindo momentos presenciais e não presenciais, conforme Resolução 444 CEE/MG.

A **carga horária presencial** de cada segmento se constituirá de **aulas** dentro ou fora da unidade escolar, com a presença do educador/a e educando/a. A **carga horária não presencial**, contará com **atividades complementares**. Essas atividades são constituintes do currículo e não um apêndice deste, não podendo ser desenvolvidas de forma desarticulada e esporádica. As atividades não presenciais serão realizadas através de projetos interdisciplinares como: estudos de meio, encontros, feiras, excursões, pesquisas, contando ou não com a presença do educador, desde que sejam planejadas coletivamente. Essas atividades têm como objetivo valorizar a vida extra-escolar, garantir o desenvolvimento científico, artístico e cultural e possibilitar a participação cidadã do educando na sociedade e no mercado de trabalho, além de favorecer o diálogo dos saberes construídos nas várias áreas do conhecimento com os saberes construídos nas diversas instituições que compõem a sociedade.

### **1.3 Organização curricular**

O processo pedagógico será organizado por áreas do conhecimento, sendo que os conteúdos das diversas áreas, deverão, conforme parágrafo primeiro do artigo 6º da Resolução 444 de 24 de abril de 2001, do Conselho Estadual de Educação, “estar articulados com as experiências de vida do educando/a, em seus aspectos, tais como: saúde, sexualidade, vida familiar, social, meio ambiente, trabalho, tecnologia, cultura e linguagem podendo ser ministrado de forma interdisciplinar e transdisciplinar”. As áreas de conhecimento serão: Língua Portuguesa, Arte, Língua Estrangeira Moderna), Ciências (Ciências Naturais e Matemática) e Ciências Humanas (Geografia e História).



## **1.4 Metodologia**

Este Projeto determina que a vivência dos educandos seja o subsídio para o planejamento dos conteúdos. Os mesmos, fundados na vivência e não apenas em livros didáticos ou em currículo generalista, garantirão a especificidade do tempo de formação da vida jovem e adulta. Assim, o educando é considerado como um sujeito de saber e cultura devido às experiências nos diferentes espaços – família, comunidade, trabalho – que compõem um amplo campo educativo.

As experiências dos educandos deverão orientar as escolhas das temáticas e das estratégias perseguidas na elaboração dos novos conhecimentos, para que novas questões e intervenções venham a ser formuladas pelo grupo.

Entretanto, é necessário trabalhar os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade na explicação da vida real, os costumes dos homens, os problemas que afetam a todos, os conflitos, as crenças que explicam e orientam suas vidas bem como todas as formas de expressão que utilizam.

## **1.5 Regime de Matrícula**

A matrícula não constitui apenas um registro formal do ingresso do educando/a e não está desvinculada da proposta pedagógica da escola. Ela é um elemento importante no processo de concretização do direito à Educação Básica dos sujeitos da EJA. Além de assegurar a vaga, poderá fornecer informações precisas e imediatas ao coletivo docente sobre os educandos/as.

Para atendimento aos educandos/as da EJAo processo de matrícula deverá ser flexível, visando a inclusão do educando/a, podendo assim ser efetivado em qualquer época do ano letivo, observada a existência de vagas.

Outro aspecto a ser observado no processo de matrícula é assegurar aos educandos/as da EJA, o direito de classificação, reclassificação e aproveitamento de estudos, previstos na LDBEN 9394/96 e regulamentado pelos pareceres do Conselho Estadual da Educação nº 1132/97 e 1158/98.

## **1.6 Frequência**

A organização dos tempos, dos espaços e do trabalho deve atender às especificidades dos jovens e adultos que procuram a escola. Esta, por sua vez, deve estar atenta às demandas expressas pelos problemas concretos vivenciados pelo educando/a no seu cotidiano. Na maioria das vezes, as faltas ocorrem em função de interdições sociais que dificultam a presença e até mesmo a permanência do educando/a na escola.

A freqüência pode e deve ser registrada, não para quantificar simplesmente presenças e faltas, mas para se acompanhar o percurso, avaliar o fluxo na escola. A partir daí, possibilitar no processo educativo, uma atitude investigativa em relação aos motivos que levam esse sujeito a se afastar ou se ausentar da vida escolar, das implicações que esse afastamento tem em sua vida e do significado da escola para ele.

A apuração da freqüência possibilita também que a unidade escolar redimensione o tempo e a organização de seu trabalho para melhor acolher as possibilidades educativas do educando/a, portanto, não possui um caráter punitivo. Os motivos, tanto da presença quanto da ausência na rotina escolar são muito significativos e podem acrescentar novos elementos ao processo pedagógico desencadeado.

### **1.7 Certificação**

A certificação no PROJETO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ocorrerá ao final de 01(um) ano, no primeiro segmento e, ao final de 02(dois) anos, no segundo segmento, observados os vários processos avaliativos ao longo do curso e a evolução do desenvolvimento psicossocial e cognitivo do educando/a. É importante ressaltar que através do processo avaliativo haverá sempre possibilidade da certificação em tempo inferior ao fixado para cada segmento, considerando o percurso escolar já realizado e o desenvolvimento do educando/a no Projeto.

## **2. A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Está sendo ampliado o poder de decisão no âmbito da escola, instituindo-a como uma efetiva instância da administração pública da educação. [...] Muito mais do que redefinir organogramas e reestruturar órgãos, importa reconstruir o pensar e o fazer da administração da educação, garantindo sua pertinência e consistência com o real. (WITTMANN, 2000, p.92)

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) dispõem sobre a gestão democrática do ensino público na educação básica, garantindo assim a descentralização do “poder”, processos coletivos de participação e decisão nas unidades escolares.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL. LDB, 1996, Art.14)

A gestão democrática da escola pública “pressupõe a criação de mecanismos concretos de participação e de autonomia da escola. E, ainda o respeito aos diferentes atores que a compõe.” (MIRANDA, s.d., p. 01). Oportunizar a participação da comunidade na construção e implementação do PPP é atender os objetivos da comunidade com a educação. De modo especial, na Educação de Jovens e Adultos, o tempo, espaço, e dinâmica escolar deve atender o sujeito de forma a garantir a educação que não ocorreu em tempo hábil, devido aos diversos fatores biopsicossociais que interferiram na continuidade educacional [...] melhorando aquilo que já é específico da escola: o ensino”. (MENDES, 2012, p.02)

O diálogo entre a EJA e a educação popular se tornará mais produtivo quando os educadores perceberem que a rigidez da escola sempre foi uma das causas da negação dos direitos à educação para os setores populares (crianças, jovens e adultos). Repensando as dificuldades de acesso, permanência e a evasão dos educandos nas experiências de EJA existentes, Arroyo (citação) no texto “Educação de Jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública”, alerta: Para estes, essa rigidez é excludente. Nega seus direitos.

Difícilmente construiremos formas públicas de garantia do direito à educação dos jovens e adultos populares sem termos coragem de rever a rigidez de nosso sistema escolar, se não investirmos em torná-lo realmente público (SOARES, 2000) “nos quais todos, independentes de condição social ou vínculo com a educação, possam participar, opinando e tendo suas opiniões ouvidas e respeitadas” (SOUZA, 2010, s.d.). E ainda:

O processo de construção e implementação do Projeto Político Pedagógico, como um instrumento de Gestão Democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola, à sua cultura, manifestas nos ritos e práticas dantes mencionadas e na consideração da origem dos mesmos. (AZEVEDO, s.d.)

Utilizar do PPP para garantir o funcionamento adequado da modalidade de ensino EJA é fundamental, uma vez que suas peculiaridades se fundamentam:

- Modalidade própria de educação, diferenciada do ensino regular, fundada nas trajetórias de vida dos jovens e adultos nela envolvidos;
- Pautada na educação popular, e como espaço para educação formal e informal, voltada para a transformação democrática de nossa sociedade;
- Construída coletivamente por seus sujeitos - educadores/educadoras e educandos/educandas, no que diz respeito ao funcionamento, currículo e objetivos nas unidades escolares;
- Educação continuada garantida pelo poder público.

[...] é inegável a importância do projeto pedagógico, particularmente quando se assume o seu significado como projeto político-pedagógico (PPP), o que ocorre quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação e, portanto, como um dos elementos do exercício da gestão escolar democrática. (AZEVEDO, s.d.)

[...] as relações de trabalho, no interior da escola deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico. (VEIGA, 1998, p.10.)

A Educação de Jovens e Adultos no município de Divinópolis, conta com um projeto próprio que regula as ações dos gestores, educadores e equipe administrativa de modo geral, pois existem peculiaridades da modalidade que integram o processo de formação dos educandos e que devem ser seguidas conforme as regras do projeto.

Esta vinculação ao processo da modalidade deixa de mãos atadas os gestores nas tomadas de decisões, porém como ainda é um projeto experimental, estas observações podem ser analisadas, colocando a modalidade num patamar independente, permitindo a escola construir o projeto político pedagógico incluindo efetivamente a EJA.

Para exemplificar, na EM Despertar do Saber, a modalidade foi implantada num período em que o PPP da escola já havia sido construído. Incluir a modalidade nas propostas contidas no PPP tornou-se um complicador, pois tais proposições abrangiam de maneira ampla somente o ensino fundamental regular, e havendo a EJA diferenças importantes em relação à este, adaptações foram necessárias.

A gestão democrática e conseqüentemente o PPP da escola, somente abrangerão a EJA de modo pleno, a partir do momento em que houver democratização na construção do projeto da modalidade, de forma independente, permitindo a comunidade ajustá-lo à sua realidade.

Com o PPP adequado às necessidades da Educação de Jovens e Adultos, deseje-se uma organização de forma democrática do trabalho pedagógico e social, encontrando soluções estratégicas para o cumprimento das políticas educacionais, alcançando metas propostas e cumprindo com os objetivos, ajustando a qualidade do ensino ofertado nesta modalidade e valorizando a função docente.

Freire (1993), diz que a construção de um processo democrático se dá no grupo, envolvendo todos os participantes da escola, e que, portanto, se optamos por essa concepção de educação temos de trabalhar, saber, refletir e conhecer como se constitui um grupo, pois, uma vez educados segundo a concepção autoritária de educação, estamos habituados a lidar com grupos como se fossem "massas homogêneas". (ALMEIDA, PLACCO, 2001, p. 33)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão democrática ainda não é vivenciada em sua totalidade no cotidiano da EM Despertar do Saber, de modo especial na EJA, que ainda deve se adaptar às necessidades da escola e das outras modalidades de ensino para se instalar. Infelizmente ainda encontramos fatores diversos que impossibilitam a participação da comunidade escolar na gestão da escola.

Oportunizar a participação é fundamental na gestão democrática. O gestor deve fazer a ponte na organização do trabalho escolar, incentivando e mobilizando a comunidade escolar, para que se desenvolva o sentimento de pertencimento, de envolvimento, que impulsiona a participar.

O envolvimento é um dos fatores que precisa ser trabalhado nas escolas para que ocorra a concretude de um modelo de gestão que supere a descentralização de poder e o individualismo, para que se alcance uma educação democrática que é o anseio de todos os profissionais envolvidos no processo educacional. (MIRANDA, s.d., p.7)

Muito ainda precisa ser conquistado para que a modalidade de ensino EJA ofereça educação dentro dos seus propósitos e da comunidade. A discussão coletiva e o esforço para alcançá-la, vai além de pensar soluções para os problemas da unidade escolar. Nela os sujeitos aprendem o processo através do próprio processo, e constroem juntos a educação que almejam; a comunidade escolar coloca sua marca na construção da sua escola.

Aqui foi exposta a importância de se democratizar o trabalho na EJA, propiciando um ambiente educacional em que as pessoas nele envolvidas se sintam como parte integrante e responsável pelo seu desenvolvimento. Acredita-se que as possíveis saídas para os problemas enfrentados na EJA não estão nas mãos de alguns sujeitos, em especial, mas sim no conjunto das relações sociais e nas ações criativas e transformadoras por parte de todos os envolvidos.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_, **Gestão Democrática da escola pública**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 2001. 120 p.

\_\_\_\_\_, **Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n2/a02v28n2.pdf>  
Acesso em 11 junho.2013.

\_\_\_\_\_, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria da Educação Básica. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública**. Brasília:DF, 2004, p.23-27. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07 junho.2013.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (Org.) **O coordenador Pedagógico e o espaço da mudança**. 2º Edição – Edições Loyola, São Paulo, 2001.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. s.d. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07 junho. 2013.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 10 junho.2013.

COSTA, César Augusto Soares da ; CUNHA, João Alcides de Souza da. **Gestão democrática escolar**. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v.3, nº 27, maio/2011. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/ced/27/scsc.htm> Acesso em 11 junho.2013.

DIVINÓPOLIS. Câmara Municipal. **Lei orgânica do Município de Divinópolis de 1998**;

DIVINÓPOLIS. Câmara Municipal. **Plano Decenal de Educação Divinópolis/MG – 2004/2013**, Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Divinópolis, Lei Complementar Nº 096, de 23/12/2003;

DIVINÓPOLIS. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Municipal Espaço do Saber. Divinópolis/MG, 2013

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**.2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 06 junho.2013.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica. Disponível em: <http://www2.marília.unesp.br/revistas/orgdemo/article/viewFile/458/357>. Acesso em 10 junho.2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2002.

LUCK, Heloisa. **Liderança em gestão escolar**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2008.

MENDES, Estephane Priscilla dos Santos. **Gestão democrática: a importância da participação de todos nas decisões escolares**. 2012. Disponível em: <http://www.epepe.com.br/Trabalhos/05/C-05/C5-02.pdf> Acesso em 31 maio. 2013.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação. **Regulamenta para o sistema estadual de ensino de Minas Gerais a Educação de Jovens e adultos**. Resolução 444 de 24/04/2001;

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Instrução para organização da Educação de Jovens e Adultos de ensino fundamental e médio nas escolas estaduais**. Instrução de 23/03/2004

MIRANDA, Maria Eliane M. de. **Gestão democrática: uma discussão necessária**. (s.d.) Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0358.pdf> Acesso em 13 junho.2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão escolar democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação**.(sd). Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 15 junho.2013.

PAIVA, Jane (org.). **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, 1996 -2004**. Brasília: MEC, 2004;

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 1998.

ROMÃO, José. **Diretores escolares e gestão democrática da escola**. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVEIRA, Olney Bruno da.;RIBEIRO, Rozeli Lucas Maia. **Gestão de pessoas na educação**. Disponível em: <http://www.amog.org.br/amogarquivos/TCCPOS/Rozeli-Lucas-Maia-Ribeiro-Artigo-Cientifico.doc> em 04/06/13

SOARES, Leôncio, GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino (Org.) **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al). **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 04 junho.2013.

SOUZA, José Edimar de. **A função inconsciente nas relações sociais da escola**. P@rtes (São Paulo). V.00 p. eletrônica. Maio de 2010. Disponível em: <http://www.partes.com.br/educacao/funcaoinconsciente.asp> Acesso em 7junho.2013.



VEIGA, Ilma Passos Alencastro da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.

WITTMANN, Lauro Carlos. **Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão: novas demandas para o gestor.** Em Aberto, Brasília, v.17, n.72, p.88-96, fev./jun. 2000. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 06 junho.2013.

**ANEXO: Projeto Político-Pedagógico**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA  
ESCOLA MUNICIPAL DESPERTAR O SABER**

**ANA LUISA GONTIJO  
EMANUEL TEODORO RODRIGUES  
JOÃO RENATO SOUZA CINTRA  
MICHELLY APARECIDA ANDRADE**

**BELO HORIZONTE**

**2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA**  
**ESCOLA MUNICIPAL DESPERTAR O SABER**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do Professor Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE**

**2013**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	04
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	06
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa .....	06
2.1.1. Alimentação Escolar .....	07
2.1.2. Funcionário com Especificação da Função, Estrutura Física e Recursos Financeiros.....	08
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica.....	11
3. CURRÍCULO.....	14
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....	17
5. PROCESSOS DE DECISÃO .....	20
6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....	23
7. AVALIAÇÃO .....	25
7.1. Avaliação de Desempenho dos Profissionais .....	27
7.2. Avaliação Institucional.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	28
REFERÊNCIAS .....	29
ANEXOS.....	32

## INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, nos artigos 12, 13 e 14, estabelece que, as Unidades Escolares brasileiras deverão, desde elaborar seu Projeto Político Pedagógico, como também, possibilitar a participação dos professores e de toda comunidade escolar nessa construção:

Art. 12º. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...]

Art. 13º. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos; [...]

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

Com essa premissa, a legislação educacional brasileira impõe rumos democráticos para a educação, realçando o papel dos educadores e da comunidade escolar como um todo, na construção de uma nova escola. Essa construção, deve então, levar em consideração a realidade local, deixando os saberes mais próximos dos sujeitos envolvidos no processo. Dourado et al. (2006), corrobora com essa idéia, quando diz sobre o Projeto Político-Pedagógico:

[...] O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola deve refletir a dinâmica da instituição. Nele devem ser explicitados os objetivos, anseios, desejos, ou seja, tudo aquilo que a escola pretende alcançar. Nesse sentido, o PPP constitui-se como caminho/busca de uma nova direção e de um novo sentido, mediatizado por forças internas e externas, visando atingir os objetivos esperados e englobando ações explícitas e intencionais para a compreensão da escola que temos e a construção da escola que queremos (DOURADO et al., 2006, p.77).

A Escola Municipal “Despertar o Saber”, localizada na região central de Divinópolis/MG, tem como um dos objetivos, consolidar a implantação do processo democrático para os seus 320 alunos. A escola atende a Educação Infantil, a Educação Básica e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Sua comunidade escolar é bem diversificada, e exige muito esforço para que a democracia seja executada, uma vez que, são muitos pontos de vista diferentes, e todos precisam ter voz e voto nas decisões.

A construção do Projeto Político Pedagógico coletivamente é um passo extraordinário para essa dinâmica democrática. Ela traz consigo um movimento envolvente e capaz de mobilizar os sujeitos em torno da educação de qualidade. Não é fácil, mas é necessário, e justamente por saber que a qualidade está na diversidade de idéias e opiniões, que a equipe da Escola Municipal “Despertar o Saber” optou em “arregaçar as mangas” e realizar essa empreitada, rumo à qualidade da educação local.

## **1. FINALIDADES DA ESCOLA**

Envolvida pela ordem pós-industrial e pela lógica do mercado de trabalho, além de afetada pela intensa globalização junto aos quase onipresentes veículos de comunicação e informação, a instituição escolar se encontra em situação delicada e crucial. Encontra-se, sobretudo, num momento que demanda da própria escola, relações mais estreitas com seu meio, do local ao mundial. [...] “Crianças, adolescentes, jovens e adultos vivem num mundo cheio de informação, o que reforça a necessidade de planejar as aulas com base em um conhecimento sobre o que eles já sabem e desejam saber” (RIBEIRO e KALOUSTIAN, 2005, p. 25).

Percebe-se que a escola tem sido desafiada constantemente a assumir a função de espaço criador de condições que possibilitem a socialização e a produção do saber entre educadores e educando. É primordial repensar a prática pedagógica, considerando as novas respostas da escola para a realidade atual, ou seja, é preciso refletir processos, estratégias e a metodologia do fazer pedagógico, recuperando o papel que os professores assumem da tarefa de ensinar, prevista no artigo 13, inciso III, LDB 9394/96 “[...] III - zelar pela aprendizagem dos alunos; [...]” (BRASIL, 1996). A escola, a

partir dos docentes, toma consciência de que, para educar já não basta à mera e anterior transmissão de conhecimentos livrescos, pelo contrário, passa a ter um papel de formadora de cidadãos.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), a escola deve instrumentalizar crianças e adolescentes para o processo democrático e deve construir um ambiente socializador que mediante o respeito às diferenças sócio-econômicas e culturais e sua valorização, contribuirá para o desenvolvimento da identidade pessoal. Para isso, a relação professor-aluno deixa de ser via de mão única para construir uma relação de troca, sendo que, os alunos também se tornam protagonistas da produção do saber.

Adquirem-se também consciência, disposições e sensibilidade que comandam relações e comportamentos sociais do sujeito e estruturam sua personalidade. (SANTOS e MOREIRA, 1995, p. 50).

Para além da sala de aula, a escola busca criar vínculos com a comunidade e seu entorno. Para tanto, faz das circunstâncias locais, tanto culturais quanto sócio-econômicas, seu objeto de ensino como está no artigo 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990: “[...] No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente. [...]” (BRASIL, 1990). Nesse sentido, devem-se organizar eventos para atrair e criar intimidade com os sujeitos envolvidos despertando uma condição de pertencimento e partícipes de todo o processo escolar. A escola tem como finalidade atender o disposto nas, Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, ministrando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos, observadas em cada caso, a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

[...] Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988).



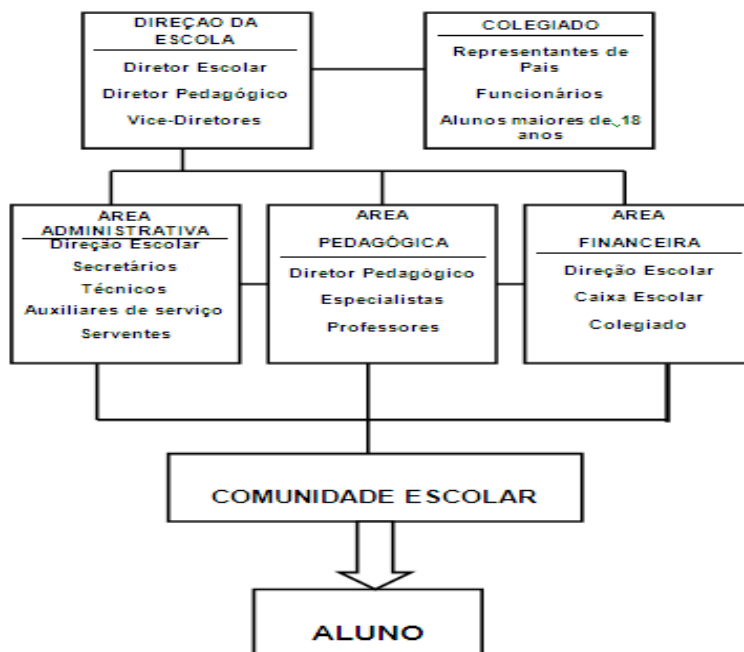
Esta escola tem como finalidade, garantir o direito dos alunos ao conhecimento sistemático e desenvolvimento da cidadania, oferecendo um aprendizado de qualidade para que aperfeiçoe as capacidades que permitam a eles intervir na realidade para transformá-la.

Uma compreensão mais aprofundada da idéia de uma escola de qualidade não pode perder de vista o nível do espaço social, ou melhor, a dimensão sócio-econômica e cultural, uma vez que, o ato educativo escolar se dá em um contexto de posições e disposições no espaço social. (DOURADO, et al., 2007, p.13 ).

## 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

“[...] h) A estrutura e as características da instituição são aspectos que traduzem positiva ou negativamente a qualidade da aprendizagem [...]” (CONAE, 2010, p. 48). A escola é uma instituição que funciona a partir de duas estruturas que são imprescindíveis para um atendimento de qualidade, a estrutura organizacional administrativa e estrutura organizacional pedagógica. A primeira trata dos assuntos administrativos/funcionais da escola e, a segunda, foca seu trabalho na administração das ações pedagógicas do espaço escolar. Ambas estão entrelaçadas, mas cada qual com suas especificidades.

### 2.1. Estrutura Organizacional Administrativa



Entende-se por estrutura administrativa, toda a sua organização, incluindo a arquitetura do prédio, os recursos humanos, financeiros, espaço físico e todos os equipamentos e mobiliários pertencentes à própria. Nossa escola funciona em um prédio inadequado, pois não foi projetado para esse

fim. Temos 07 salas de aula consideravelmente pequenas, onde em turnos diferenciados atendemos a Educação Infantil, 1º e 2º períodos, os anos iniciais do Ensino Fundamental e a EJA - Educação de Jovens e Adultos, totalizando 320 alunos.

O atendimento da escola se torna restrito, pois impossibilita mobiliar e equipar as salas adequadamente a cada nível. Segundo Dourado et al. (2007), dentre algumas condições mínimas que impactam a oferta de ensino de qualidade estão:

[...] a) existência de salas de aulas compatíveis às atividades e a clientela; b) ambiente escolar adequado à realização de atividades de ensino, lazer e recreação, práticas desportivas e culturais, reuniões com a comunidade, etc.;

c) equipamentos em quantidade, qualidade e condições de uso adequadas às atividades escolares;

d) biblioteca com espaço físico apropriado para leitura, consulta ao acervo [...]; (DOURADO et al., 2007, p. 18).

### **2.1.1. Alimentação Escolar**

A alimentação escolar é fornecida pelo Governo Federal, complementada pela Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Educação, que mantém uma equipe específica, composta por técnicos e nutricionista que têm como finalidade, a elaboração dos cardápios balanceados, orientação e acompanhamento em parceria com a direção da escola. A escola segue as orientações repassadas, buscando oferecer uma alimentação de qualidade para todos os alunos, conforme legislação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Além disso, é de responsabilidade da escola, a educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, permeando o currículo escolar, abordando o tema alimentação, nutrição e desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

A merenda é servida na sala de aula pelo professor regente, pois não temos refeitório. O recreio acontece em dois tempos, uma vez que não disponibilizamos de espaço físico suficiente. Para ministrar as aulas de educação física, a escola fez uma parceria com os responsáveis por um espaço vizinho, conhecido como "Parque da Ilha", onde os alunos realizam

suas atividades físicas duas vezes por semana, acompanhados pelo professor de educação física.

A psicomotricidade acontece todos os dias em espaços pequenos e horários alternados, o que dificulta o uso de equipamentos específicos para tais atividades. Transformamos um pequeno auditório em uma biblioteca, onde os alunos fazem empréstimos de livros e assistem as estórias. Este mesmo espaço é utilizado como sala de vídeo, eventuais apresentações artísticas e reuniões junto aos funcionários, pais e alunos. O atendimento da sala de recurso já é uma realidade em nossa escola, que conta com equipamentos didáticos e paradidáticos adquiridos com recurso do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola).

A qualidade da educação é definida envolvendo a relação materiais e humanos, bem como, a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, ou seja, os processos ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação à aprendizagem da criança. (UNESCO, 2003, p.12).

### **2.1.2. Funcionários com Especificação da Função, Estrutura Física e Recursos Financeiros**

Sabe-se que, todo processo demanda investimentos nos materiais didáticos pedagógicos, equipamentos para o bom funcionamento da secretaria e de todos espaços que compõem a escola. Neste sentido, para a sua manutenção e bom funcionamento contamos com os recursos advindos do Governo Federal, Estadual e Municipal. O PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) é repassado uma vez durante o ano letivo e, seu repasse, é calculado de acordo com o número de alunos registrados no Censo Escolar.

Diretor	01
Vice-Diretor	02
Diretor Pedagógico	01

Especialistas	02
Professores Regentes	18
Professor de Educação Física	02
Professores de Ensino Religioso	01
Professores Eventuais	02
Professores para AEE	01
Prof. c/ Laudo Médico (secretaria)	01
Professor de laudo na biblioteca	01
Técnico Escolar	03
Ajudante de Serviços Gerais I	01
Ajudante de Serviços Gerais II	06
Servente Escolar c/ Laudo Médico	01

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Banheiro de Alunos	04	Bom
Banheiro de Funcionários	02	Bom
Cozinha	01	Bom
Despensa	01	Bom
Laboratório de Informática	01	Inativo
Auditório: biblioteca/multimeios	01	Bom
Sala da direção	01	Bom
Sala de Aula	07	Razoável
Sala de Supervisão	01	Bom
Sala do AEE	01	Bom
Secretaria	01	Bom
EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Caixa de Som	01	Bom
DVD	01	Bom
Máquina de Xerox	02	Bom
Máquina Fotográfica	01	Bom
Micro Sistem	07	Bom
Data Show	02	Bom
Microfone com fio	02	Bom
Microfone sem fio	01	Bom
TV	01	Bom
Computadores	12	Bom
Vídeo Cassete	01	Bom

Em nossa escola investimos anualmente 70% em capital e 30% em custeio. Este percentual foi discutido junto com o Colegiado, representantes do

Caixa Escolar, alunos, pais e profissionais em assembleia e, lavrado em ata. A aplicação da verba é feita após o levantamento das prioridades junto aos funcionários e comunidade escolar, incluindo alunos maiores que 16 anos. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é depositado em três parcelas anuais e essa verba é destinada apenas ao material de custeio e manutenção geral.

A escola também conta com o (FUNDEB) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. Contudo, estes recursos, não são suficientes. Neste sentido, durante todo o ano letivo, realizamos alguns eventos junto à comunidade para angariar fundos para investir em equipamentos e incrementar alguns projetos e atividades pedagógicas. É inegável que, a escola bem equipada proporciona condições para o desenvolvimento adequado das atividades de ensino aprendizagem.

## **2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica**

Considera-se fundamental identificar as crenças e valores que nortearão o cumprimento das finalidades básicas desta instituição; uma vez que, esses princípios constituem o ponto de partida para a proposta de trabalho a ser realizada. Faz-se necessário analisar a atual conjuntura social, política e econômica da sociedade em que vivemos. Segundo Freitas (2000):

No Brasil de hoje, a incivilidade cresceu demais, a pobreza cresceu demais, a imoralidade cresceu demais, as favelas cresceram demais, a violência cresceu demais, a riqueza concentrou-se demais, o desgoverno cresceu demais. Nesse mesmo cenário, acrescento, a população escolar cresceu demais e as autoridades competentes descuidaram-se demais das providências necessárias a garantir a todas as crianças e a todos os jovens um ensino de qualidade. (FREITAS, 2000, p.5).

Atualmente, a equipe de profissionais da escola é composta por 01 diretor administrativo, 01 diretor pedagógico, 02 vice-diretoras, 02 supervisoras, 01 auxiliar de secretaria, 18 professores, 01 técnico escolar, 02 ajudantes de serviços gerais, 03 cuidadoras, 01 bibliotecária e 08 serventes escolares. Acredita-se em um trabalho pedagógico integrado, onde as ações sejam compartilhadas por todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Neste ano de 2013, a escola oferece no turno matutino, Educação Infantil de 4 anos e 2º e 3º anos do Ensino Fundamental. No vespertino, Educação Infantil de 5 anos e 1º ano do Ensino Fundamental. E, no noturno, 1

turma do 1º segmento e 3 turmas do 2º segmento do projeto EJA, perfazendo um total de 13 turmas.

Para garantir o desenvolvimento de ações educativas que priorizem a criatividade, a experimentação e o senso de liberdade, duas vezes por semana, acontece o encontro de duplas de professores do ensino fundamental com a diretora pedagógica e/ou supervisora para planejarem e discutirem sobre questões relativas ao desempenho dos alunos. Presentemente, os alunos estão tendo aulas especializadas com os professores de Educação Física e Ensino Religioso. “[...] Especialistas, deverão, não só estar a par dos instrumentos e conteúdos que as disponibilizam, como exercer sua autoridade em bases críticas e reflexivas” (CURY, 2005, p 9).

Quanto ao planejamento dos professores que trabalham com as turmas de Educação Infantil, a escola busca através de uma reorganização interna, propiciar um tempo de 50 minutos semanal para que os mesmos, juntamente com a supervisora e diretora pedagógica, possam planejar e avaliar a aprendizagem dos alunos. No projeto experimental, EJA, professores, diretora pedagógica, vice-diretora, coordenadores do projeto se reúnem as sextas-

TURMAS			MATUTINO	VESPERTINO	Nº DE ALUNOS
		Educação Infantil - 4 anos	01	01	37
Educação Básica		Educação Infantil - 5 anos	01	03	63
	Ens. Fundamental	1º Ano – 5/6 anos	-	02	40
		2º Ano – 7/8 anos	02	-	41
		3º Ano – 8/9 anos	03	-	47
		Total	07	06	228
EJA				NOTURNO	Nº DE ALUNOS
		1º segmento			17
		2º segmento			78
	Total				95

feiras para planejarem e trocarem experiências vividas no decorrer da semana.

A escola desenvolve suas ações educativas pautadas num processo de ensino/aprendizagem abrangente que envolva as áreas cognitiva, afetiva, social e psicomotora e conta com a pedagogia de projetos. Cada ano de escolaridade trabalha um tipo de projeto, o mesmo é escolhido conforme a demanda, a necessidade, o interesse e curiosidade da faixa etária dos alunos.

A escola desenvolve também os seguintes projetos que atendem toda a escola: Projeto "Minha Cidade Lê", que é uma proposta da rede municipal de ensino de Divinópolis, que tem como objetivo formar educando leitores. Projeto "Semana de Valorização da Cultura Afro-Brasileira", que conta com apresentações artísticas, visitas, vídeos etc., e finaliza com um concurso de desenhos, frases e poesias, conforme a faixa etária. Projeto "Música e Poesia", com palco livre que desperta nas nossas crianças os dons artísticos, para que se socializem e fiquem menos inibidas. Projeto "Apoio Pedagógico e Mobilidade", que tem como objetivo principal, melhorar o desempenho dos nossos alunos, e atender as especificidades dos grupos de alunos na sala de aula, acontece com a ajuda do eventual, o professor regente, supervisor e diretor pedagógico. Neste último projeto, os responsáveis analisam os resultados obtidos na avaliação diagnóstica e elaboram o PIP da turma que busca criar estratégias diferenciadas de trabalho, visando uma melhor compreensão das dificuldades apresentadas.

No final de cada projeto acontece a culminância do mesmo, oportunidade de trazermos as famílias para dentro da escola, pois sabemos que quando a escola e a família caminham juntas em busca de suas próprias responsabilidades, elas podem organizar-se para agir. Com isso, o desafio da escola passa a ser o de favorecer a confiança nos pais, para expressarem suas idéias, sentimentos e expectativas num diálogo aberto. Num espírito de colaboração mútua, responsabilidade e de disponibilidade, fundamenta-se a relação escola-família, fica claro na Constituição Federal de 1988 que:

Art. 205. [...] "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (BRASIL, 1988).



A equipe de profissionais da escola acredita que, somente através de incentivos e inovações, conseguiremos uma escola de qualidade. Procuraremos ampliar nossos conhecimentos pedagógicos dentro dos planejamentos coletivos semanais e, nos dias escolares, buscaremos também articulações com o Centro de Referência dos Profissionais da Educação (CRPE), Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e outros, para uma melhor compreensão dos processos educativos, tendo como principal objetivo cumprir o que diz a de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, em seu artigo 12:

Art. 22º. A educação básica tem por finalidades desenvolver educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores. (BRASIL, 1996).

### **3. CURRÍCULO**

De acordo com o senso comum, currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, não é neutro, não é estático e não deve se dar de forma fragmentada, nem hierárquica, ele deve viabilizar uma maior interdisciplinaridade, contextualização e transdisciplinaridade, assegurando a livre comunicação entre todas as áreas.

Currículo é uma construção social do conhecimento e tem a função de atender as necessidades e realidades a qual a escola está inserida, ele deve contribuir para o desenvolvimento integral do aluno construtor do seu próprio conhecimento, capaz de alcançar progressivos graus de autonomia frente às motivações de seu ambiente, devendo assim, ser respeitada sempre.

O processo de ensino/aprendizagem não tem como finalidade a transmissão de conteúdos prontos, mas, sim, a formação de sujeitos capazes de construir, de forma autônoma, seus sistemas de valores e, a partir deles, atuarem criticamente na realidade que os cerca. (BELO HORIZONTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 1994, p. 33).

A escola desenvolve um trabalho pedagógico integrado, onde as ações compartilhadas permitem a construção coletiva do conhecimento e atendem a necessidade do aluno e realidade da comunidade a qual esta introduzida. Segue a grade curricular montada pela Secretaria Municipal de Educação

(SEMED) (Anexo B). A mesma atende aos pré-requisitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96):

Art. 26º. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996).

Os eixos norteadores do trabalho estão de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997). Na Educação Infantil, o eixo de trabalho está dividido em:

- Identidade e Autonomia
- Movimento
- Música
- Artes Visuais
- Linguagem Oral e Escrita
- Natureza e Sociedade
- Matemática

Nos anos iniciais:

- Língua Portuguesa
- Matemática
- História
- Geografia
- Ciências
- Artes
- Literatura Infantil
- Psicomotricidade

Na Educação Infantil e no 1º ano, o professor fará suas intervenções e desenvolverá os conteúdos observando o nível psicogenético que a criança e o grupo se encontram. Nos anos posteriores, os professores ficarão atentos às questões do sistema da escrita fazendo suas intervenções e desenvolvendo os conteúdos, observando as regras ortográficas.

No que diz respeito à divisão de turmas, é feita de forma heterogênea, os alunos são enturmados com seus pares de idade e níveis proximais de desenvolvimento e, os que apresentam maiores defasagens, recebem apoio do professor eventual que permanece na sala junto do professor regente. Os alunos de inclusão são enturmados, preferencialmente, com seus pares de idade, acompanhados por uma ajudante que fica na sala juntamente com o professor regente e, se necessário, são recebidos na sala de atendimento educacional especializado da Escola com o objetivo de dar suporte para o bom desenvolvimento dos mesmos. “Os currículos pautados nos princípios de Freire deveriam ter como eixo organizador as necessidades e as exigências da vida social, não as disciplinas tradicionais”. (MOREIRA, 2000, p.114)

Visto a importância de se discutir, pesquisar e planejar o currículo no aspecto escolar, a rede municipal de ensino de Divinópolis iniciou este ano, as reflexões sobre o mesmo. Tais reflexões acontecem nas unidades de ensino, nos dias escolares e nos planejamentos semanais que ocorrem entre professores e equipe pedagógica, nos momentos de aulas especializadas das crianças.

Em nossa escola, as reflexões tem sido de grande valia, estamos buscando opinião das famílias através de questionários, com o propósito de trazê-las para dentro da escola, pois quando discutimos o currículo, estamos falando da história de vida de nossas crianças. “À escola caberia o papel de criar espaços de experiências variadas, de dar oportunidades para a construção da autonomia e da produção de conhecimentos sobre a realidade.” (DALBEN, 2000, p. 21).

A equipe de profissionais da escola tem o objetivo de fazer não só com que nosso currículo garanta o desenvolvimento de ações educativas, que envolva as áreas cognitiva, afetiva, social e psicomotora, mas que também ultrapasse a sala de aula e viabilize de maneira coerente e consciente, práticas pedagógicas, respeitando o interesse e necessidades dos alunos, comunidade e educadores para crescermos juntos em uma mesma direção, pois ao assumir essa função, colocamos-nos como agente de mudanças, capaz de interferir de forma significativa na sociedade.

A qualidade do ensino implica, então, o enfrentamento de um processo de mudanças que vai do processo de mudança, que vai do processo de produção, as mais elaboradas formas estéticas. Afinal, o conhecimento se torna componente mais e mais presente no mundo do trabalho, da comunicação, do lazer e das múltiplas outras realidades de uma sociedade que se mundializa. (CURY, 2005, p.10).

#### **4. TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES**

O Projeto Político Pedagógico desta instituição está comprometido com a educação de qualidade, portanto, faz-se necessário, pensar e organizar, da melhor maneira possível, o tempo e o espaço escolar, visto que, ambos são de suma importância para um bom desenvolvimento escolar. O espaço físico da escola não é de boa qualidade, funciona em um prédio emprestado de dois andares. Os espaços existentes não são adequados, as salas são pequenas, possui escadas e corredores estreitos. Há uma carência de espaço para recreação, sala de professores, biblioteca, refeitório, etc.

Mas é preciso lembrar que a escola é, por natureza, a instituição do aluno e para o aluno. Com todas as suas limitações, é a instituição onde o aluno é sempre a parte principal, onde seu lugar é um direito constitucional. Dependendo de sua proposta, pode vir a ser o local primordial de vida das crianças, onde estas se auto-reconheçam e sejam reconhecidas, onde seus direitos e deveres sejam acordados e respeitados, onde sejam, efetivamente, as protagonistas do processo educacional. (CAVALIERE, 2007, p.1031).

No primeiro andar, funcionam a secretaria juntamente com a sala de direção, um auditório que foi reestruturado e transformado em sala de vídeo, a biblioteca, que também é utilizada para recreação, sendo de fundamental importância para oferecer uma qualidade ao ensino, levando o conhecimento de forma prazerosa e eficiente às nossas crianças. Possui um parquinho com 04 balanços, 02 escorregadores e 01 gira-gira, onde as crianças têm a oportunidade de trabalhar o corpo e, 03 salas de aula. As salas são pequenas, duas delas comportam 22 crianças e a outra 16 crianças. Somente duas salas possuem mobiliário para educação infantil, as mesmas dificultam um pouco a qualidade do trabalho prestado, visto que, as crianças necessitam de espaço para trabalhar o corpo. Próximo das salas têm 2 banheiros, que são utilizados pelas crianças.

No segundo andar, funcionam 04 salas de aula, duas que comportam 25 crianças e duas, 17 crianças. Todas as salas possuem mobiliário de ensino fundamental, sendo que, duas atendem a Educação Infantil, o que dificulta na aprendizagem. Possui um espaço externo que dá acesso à cozinha e a sala de supervisão/xerox, o qual, é utilizado como sala dos professores. A cozinha atende as necessidades da escola, possui uma despensa, onde são estocados os alimentos. Anexada à cozinha existe uma pequena área, utilizada para o

recreio. Ao lado da cozinha, fica a sala de AEE, que atende aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento. É um ambiente dotado de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos adequados para atender as dificuldades específicas de cada criança.

Preocupados com o desenvolvimento e o bem estar das nossas crianças, a equipe da escola está sempre se reorganizando para aproveitar da melhor maneira possível, os poucos espaço dentro da escola. E, para garantir ações educativas que priorizam o senso de liberdade, buscamos parceria e utilizamos espaços fora da escola. “Toda e qualquer escola sempre atua, ou pretende atuar, para além da instituição escolar, um grau de responsabilidade socializadora, principalmente para as crianças”. (CAVALIERE, 2007, p. 1021-1022). Próximo à escola, localiza-se o “Parque da Ilha”, um espaço verde muito agradável com parquinho, quadra, pista de skate etc., apropriado para se trabalhar a psicomotricidade. Montamos um quadro de horário, em que cada turma desfruta desse espaço duas vezes por semana, por um período de 50 minutos.

A organização do tempo e do espaço escolar tem como objetivo coordenar e interagir no desenvolvimento do aluno e no ensino/aprendizagem do processo pedagógico. A aprendizagem acontece conforme a modalidade: Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA. Este ano de 2013, a escola está organizada da seguinte maneira: no turno matutino atende 02 turmas de Educação Infantil, 02 de 2º e 3º anos do Ensino Fundamental; no vespertino atende 04 turmas de Educação Infantil e 02 de 1º ano do Ensino Fundamental e no noturno atende o EJA.

Na Educação Infantil e nos três anos iniciais do Ensino Fundamental, as atividades são organizadas dentro de uma carga horária anual de 833 horas e 20 minutos, distribuídas em 40 semanas, com uma carga horária diária de 4 horas e 30 minutos, incluindo o recreio. A escola segue o calendário escolar aprovado pela Secretaria Municipal da Educação (Anexo A). A EJA está organizada em 02 segmentos e tem a flexibilização do tempo escolar como princípio para garantir a inclusão. O 1º segmento tem a duração de no mínimo 01 ano, e corresponde aos anos iniciais do Ensino Fundamental. O 2º segmento tem a duração de no mínimo 02 anos, e corresponde aos anos finais do Ensino Fundamental.

A organização do tempo escolar em ciclos no Ensino Fundamental deve assegurar ao aluno a progressão continuada, considerando o seu desenvolvimento integral, ampliando o tempo de aprendizagem. Essa organização favorece o acompanhamento das diferenças individuais dos alunos, o trabalho coletivo do professor, a execução do currículo interdisciplinar e a avaliação com progressão continuada. A escola oferece também no turno da escolarização juntamente com o professor regente em sala de aula, o apoio do professor eventual. Outra estratégia de atendimento diferenciado é a

mobilidade que acontece semanalmente no horário de escolarização do aluno, as crianças são enturmadas por níveis próximos de aprendizagem. Sobre essa implantação, o Estado de São Paulo (2000) indica textos oficiais que:

[...] Toda criança é capaz de aprender, se lhe forem oferecidas condições para tal; ou seja: respeito a seu ritmo de aprendizagem e a seu estilo cognitivo, bem como recursos para que interaja de modo profícuo com os conhecimentos. (SÃO PAULO, SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2000, p. 7-8).

O tempo escolar dos professores processa-se em forma de aulas, reuniões, planejamento, conselho de classe e dias escolares. Cada professor do ensino fundamental possui 04 horas/aula semanais para planejar atividades específicas para sua turma, de acordo com as matrizes curriculares e com os projetos desenvolvidos. O planejamento é feito por duplas que estão trabalhando com o mesmo ano de escolaridade e é acompanhado pela supervisora e diretora pedagógica. Os conselhos de classe são realizados de acordo com a necessidade ou ao final de cada período avaliativo. Há também, 09 dias escolares durante o ano, que atendem às questões pedagógicas e administrativas dessa unidade de ensino.

Quanto ao tempo dos professores que trabalham com as turmas de Educação Infantil, a escola busca através de uma reorganização interna, propiciar um tempo para planejamento de 50 minutos semanal, contando com o suporte do professor eventual, para que em duplas e, juntamente com a supervisora e diretora pedagógica, todos possam planejar e avaliar a aprendizagem dos alunos.

Os professores da EJA se reúnem semanalmente com o grupo de professores de outras escolas que, da mesma forma, trabalham com EJA, para planejamento e trocas de experiências, conforme previsto no projeto específico dessa modalidade. Acreditamos que, através do planejamento e trocas de experiências, estamos garantindo a formação continuada e refletindo sobre nossas necessidades, dúvidas e anseios do processo de ensino/aprendizagem.

## **5. PROCESSO DE DECISÃO**

A gestão democrática representa uma mudança de postura de um novo enfoque de organização das questões escolares, que passam a ser encaminhadas a partir dos princípios de autonomia, participação e responsabilidade compartilhada. (SÁ, 2008, p.11).

Partindo desse princípio, a escola assume junto a comunidade uma postura de co-responsáveis, participantes ativos em todas as instâncias. O processo de decisão passa por ações colegiadas onde visa cumprir as metas estabelecidas nas áreas, administrativa, financeira e pedagógica. “Liderança em seu sentido democrático, não seja apenas uma coleção de indivíduos.” (GONÇALVES e CARMO 2001, p.42). Sendo assim, o Colegiado Escolar, o Caixa Escolar e o Conselho de Classe fazem parte dos Órgãos Colegiados da escola e, portanto, prestam assessoramento técnico-pedagógico e administrativo às atividades da escola.

Em uma administração colegiada, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, para tanto é necessário o envolvimento de todos os sujeitos participantes do processo educacional, que devem entender e participar deste como um trabalho coletivo. (GONÇALVES e CARMO, 2001, p 31).

O Colegiado Escolar é um órgão representativo da comunidade e tem, respeitadas as normas legais vigentes, função deliberativa, consultiva, de monitoramento e avaliação nos assuntos referentes às gestões pedagógica, administrativa e financeira.

O Colegiado Escolar é presidido pelo Diretor Escolar e composto por representantes das seguintes categorias: Profissionais em exercício na escola, constituído dos segmentos: 03 Professores de Educação Básica, regente de turmas e de aulas (03 membros). Professor de Educação Básica exercendo outras funções, Especialista em Educação Básica e demais servidores (02 membros). Comunidade atendida pela escola, constituída dos segmentos: aluno regularmente matriculado e frequente do ensino fundamental com idade igual ou superior à 16 anos (02 membros) e pais ou responsável por aluno menor de 16 anos regularmente matriculado e frequente no ensino fundamental (02 membros).

Cada categoria é representada no Colegiado Escolar por 50% de seus membros: os membros do colegiado, titulares e suplentes, são escolhidos pela

comunidade escolar, para exercerem mandato de 02 anos, mediante processo de eleição. O Colegiado Escolar é composto por 16 membros, entre titulares e suplentes.

O grande desafio é garantir a presença efetiva dos membros do Colegiado e Caixa escolar em nossa escola. Ainda se restringe em convocação para reunião, tendo como pauta a chegada da verba na escola, o levantamento das prioridades para aplicação e, por fim a prestação de contas. “A participação consciente e responsável da comunidade escolar nos processos decisórios, em ações articuladas e conjuntas, é fundamental para que haja democracia ou tão apregoada gestão democrática na escola.” (SÁ, 2008, p. 15)

O Caixa Escolar é um órgão que tem como finalidade, organizar e manter em ordem a escrituração contábil e financeira da escola, prestando informações sobre a execução orçamentária e a movimentação de contas financeiras, fazendo licitações e previsão de consumo. O Caixa Escolar é composto pela diretoria e conselho fiscal. As reuniões acontecem periodicamente ou sempre que se faz necessário. A democratização da gestão escolar implica a superação dos processos centralizados de decisão e pressupõe a gestão colegiada. Neste sentido, o caixa escolar é de fundamental importância para o acompanhamento e monitoramento da aplicação dos recursos recebidos pela escola. Sendo necessário avaliar as prioridades e investir naquilo que efetivamente possa melhorar as condições de aprendizagem.

A Comissão de Acompanhamento do Calendário Escolar tem como função acompanhar diretamente o cumprimento do calendário escolar, bem como a carga horária do aluno. Esta comissão é formada pelo diretor escolar, um funcionário e um responsável pelo aluno.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver. (BRASIL, 1996).

Ao elaborar o calendário anual, a Comissão de Acompanhamento reconhece que, a escola é um espaço de direito e que tem como foco o aluno, devendo preservar e garantir o ensino/aprendizagem. Se houver eventual



mudança no calendário deve ser comunicado à SEMED (Secretaria Municipal de Educação), via ofício com antecedência de 15 dias para à sua aprovação.

Gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. (SOUZA, 2005, p.1).

O Conselho de Classe é formado pelo diretor, diretor pedagógico, especialistas e professores. Seu objetivo é levar toda a equipe envolvida com o ensino/aprendizagem a compreender como as questões sociais, afetivas e cognitivas afetam a aprendizagem dos alunos e diante disso propor caminhos e estratégias que possam contribuir. O Conselho se reúne, após o diagnóstico inicial, no sentido de avaliar e analisar o nível em que este aluno se encontra para definir a informação. Ao final de cada bimestre, o Conselho analisa não só a aprendizagem do aluno, mas também os recursos pedagógicos, os conteúdos, a metodologia, possibilitando a reavaliação da prática pedagógica. Ao final do ano letivo, a reunião do Conselho acontece, tendo em pauta a retenção ou aprovação dos alunos. Todos os encaminhamentos e decisões do Conselho de Classe são comunicados aos pais ou responsáveis durante a reunião com o professor regente.

## 6. RELAÇÕES DE TRABALHO

[...] o poder não se situa em níveis hierárquicos, mas nas diferentes esferas de responsabilidade, garantindo relações interpessoais entre sujeitos iguais e ao mesmo tempo diferentes. Essa diferença dos sujeitos, no entanto, não significa que um seja mais que o outro, ou pior ou melhor, mais ou menos importante, nem concebe espaços para a dominação e a subserviência, pois estas são atitudes que negam radicalmente a cidadania. As relações de poder não se realizam na particularidade, mas na intersubjetividade da comunicação entre os atores sociais. Nesse sentido, o poder decisório necessita ser desenvolvido com base em colegiados consultivos e deliberativos. (BORDIGNON e GRACINDO, 2002, p. 151-152).

Fundamentada em uma gestão democrática e compartilhada, a escola se organiza a partir de três eixos que têm como objetivo, garantir um ensino/aprendizagem de qualidade. São eles: a gestão pedagógica focalizada no ensino/aprendizagem, os recursos humanos que lidam com toda a

comunidade escolar e administrativa, e ainda a parte física e burocrática da escola. Diante disso, a direção da escola tem como princípio, o respeito, a responsabilidade, o compromisso, a solidariedade, e acima de tudo a ética. Intenciona e articula uma relação onde conta com a contribuição de todos os envolvidos no ambiente de cooperação e respeito mútuo.

Segundo Ferreira (1999), "Participar significa estar inserido nos processos sociais de forma efetiva e coletiva, opinando e decidindo sobre planejamento e execução" Ferreira (1999, p.11). Colocamos como meta, a mediação dos conflitos através do diálogo, da negociação e da descentralização do poder. Para que haja um efetivo compromisso com a escola, em todos os aspectos, aos iniciar o ano letivo, elaboramos junto com todo o corpo docente e funcionários as regras de boa convivência. Este processo é feito através de uma assembléia geral e registrado em ata. Com relação aos alunos, além das regras gerais, que diz respeito aos aspectos físicos e humanos, tais como: uso do uniforme, horário de entrada e saída, rotina diária, conservação da escola, é construído com os professores e a equipe pedagógica, os combinados da sala de aula. Propiciando assim, um exercício de cidadania, onde são contemplados, o respeito, a solidariedade, a justiça e a tolerância.

Os jogos também contribuem com a interiorização das regras, pois proporcionam oportunidades de elaboração, observação, execução e avaliação. Esta avaliação é feita através de registros e de uma roda de conversa. O Regimento Escolar é um documento que explicita o que é de direito, dever e as atribuições de todo os sujeitos envolvidos no âmbito escolar. Objetiva a elaboração de uma proposta para o bom desenvolvimento interno da escola e a articulação com a comunidade escolar. Os sistemas de ensino assegurarão às Unidades Escolares Públicas de Educação Básica, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

A prática pedagógica, por sua vez, é configurada como um trabalho coletivo da instituição, fruto de seu projeto pedagógico, o que implica em todos os professores responsáveis pela formação do pedagogo deverão participar em diferentes níveis, da formação teórico-prática de seu aluno. (SOUZA, 2001, p. 234).

Nesse sentido, para assegurar um ensino de qualidade é necessário investir na formação continuada dos professores. Essa formação acontece em parceria com empresas privadas e através do CRPE - Centro de Referência dos Profissionais da Educação e Setor interno da SEMED - Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis. Os cursos acontecem em horários alternados. Quando o curso ocorre durante o expediente, a escola se organiza para favorecer a participação do profissional, tendo em vista a sua qualificação. Este ano, os professores do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, estão participando de um curso de formação continuada, através do Governo Federal, PNAIC (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa), com encontros quinzenais, e atividades não presenciais. Percebe-se que, este curso já está tendo retorno positivo com relação a mudança da postura do professor.

## 7. AVALIAÇÃO

Avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente no trabalho do professor, ela deve acompanhar todos os passos do processo de ensino/aprendizagem. É através dela que vão sendo comparados os resultados obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos. **“Avaliar os alunos é conhecer o que eles sabem, quanto sabem e o quão distante ou perto estão dos objetivos educacionais que lhe foram propostos.” (SOUZA, 2005, p.17-22).**

O artigo 31 da LDB (1996) menciona que, a avaliação far-se-a mediante o acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. Portanto, a avaliação é vista nesta escola como um processo permanente e contínuo, ela acontece em todos os momentos do trabalho pedagógico, é amplamente divulgado para os pais ou responsáveis, nas reuniões de pais e mestres que são realizadas bimestralmente.

Na Educação Infantil, a avaliação é realizada por meio de estratégias variadas, definidas pelo professor e pela equipe pedagógica, o registro final se dá por meio de uma ficha avaliativa que contempla os aspectos do

desenvolvimento humano e por um relatório descritivo que é feito no diário de classe.

No Ensino Fundamental, a avaliação é entendida como fonte principal de informação e referência para a formulação de práticas educativas que possibilitem a formação global do aluno do 1º ao 3º ano. O acompanhamento da avaliação diária do aluno é feita através atividades escritas e orais de trabalho individual ou em grupo, de pesquisa, auto-avaliação, provas e outros. Para o registro final do desempenho do aluno, a escola utiliza um relatório no diário de classe e um boletim escolar, onde são apresentados os conceitos: A – Alcançou com êxito os objetivos de estudo; B – Alcançou satisfatoriamente os objetivos de estudo; C – Alcançou parcialmente os objetivos de estudo.

Quanto às avaliações externas, é importante ressaltar que, a equipe pedagógica da escola está consciente que tem uma meta a alcançar no que se refere à obtenção de um melhor resultado nas próximas avaliações do SIMAVE/PROALFA, aplicada para alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, durante os anos de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. Para tanto, estamos investindo nos estudos dos cadernos Matrizes Curriculares, bem como, na formação continuada dos profissionais, na seleção de algumas competências e habilidades em leitura e escrita, que não estão sendo suficientemente enfatizadas na escola, nas alternativas pedagógicas; além da reflexão constante da prática educativa.

No que se refere à avaliação do Projeto Experimental da Educação de Jovens e Adultos, esta deve ser entendida como um processo de formação contínuo, coletivo, sistemático e flexível. O processo de verificação do ensino/aprendizagem no Projeto se dá por meio dos seguintes instrumentos integrantes de uma Pasta de Avaliação Individual: avaliações diagnósticas; avaliações qualitativas das produções do educando: textos, pesquisas, trabalhos individuais e coletivos, além das observações dos professores; avaliação coletiva dos envolvidos no Projeto; auto-avaliação; ficha descritiva individual. Esta avaliação contribui, portanto, para ajudar a alcançar os objetivos do trabalho pedagógico, e não apenas para verificar se eles foram ou não alcançados.

A avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referências os princípios e as finalidades estabelecidas no Projeto da Escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição. (SOUSA, 1995, p.25).

Assim, a avaliação deve ser um processo que tem como objetivo a reflexão dos movimentos educativos efetuados. O educando avalia a si próprio e a experiência pedagógica vivenciada. Os professores, através do processo de avaliação, refletem sobre a sua própria prática pedagógica. Nesse processo, todo o coletivo da unidade escolar avalia o projeto pedagógico. “Assim, a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é igualmente dividida entre esses componentes: gestores, professores, estudantes, educadores não-docentes e pais”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 38).

### **7.1. Avaliação de Desempenho dos Profissionais**

A avaliação dos profissionais da educação acontece a cada três anos como previsto no Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) (1995), com um acréscimo de 5% em seu salário base.

Para a efetivação desta avaliação, é formada uma comissão composta pelo diretor, vice-diretor e mais dois funcionários efetivos que trabalhem no mesmo turno. Primeiramente, o profissional faz a sua auto-avaliação e, posteriormente, a comissão o avalia tendo como tópicos, a assiduidade, a pontualidade, responsabilidade, cooperação, iniciativa.

Para os funcionários que estão no período probatório, a avaliação acontece ao final de cada ano completo de exercício, seguindo os mesmos itens avaliados dos demais. Por ser um espaço dinâmico que lida com seres humanos sujeitos em formação e propício de erros, algumas vezes se faz necessário uma avaliação interna. Esta avaliação acontece com a participação do diretor, equipe pedagógica e do funcionário em questão. Visa oportunizar uma mudança de postura nas relações interpessoais e na sua conduta. Diante de algum conflito há uma conversa informal e havendo incidência, registra-se em ata.

O desafio a ser enfrentado é difundir a possibilidade de transformação da cultura avaliativa dominante, que se pauta pelo

individualismo e competição, com vistas à construção de processo e relações de trabalho que se pautem pela abertura, cooperação e confiança. (SOUSA, 1999, p.6).

## **7.2. Avaliação Institucional**

A avaliação deve ser vista como parte intrínseca de um processo dinâmico de construção permanente. Neste sentido ao final de cada semestre a escola promove uma avaliação sistemática com a participação de todos os funcionários.

A avaliação institucional dá um grande suporte á gestão da escola, na realidade ela é parte do processo de gestão da escola, mas não apenas uma ferramenta a serviço de levantar dados para planejamento e monitoramento das ações escolares. (SOUZA, 2005, p. 3).

A equipe diretiva e pedagógica elabora um questionário onde contempla os itens pertinentes à organização geral da escola tanto pedagógica, quanto administrativa. A partir daí, faz-se um compilado das decisões e em seguida os encaminhamentos para possíveis mudanças. Esta avaliação analisa os avanços obtidos (com ênfase no processo ensino/aprendizagem) e as metas que já foram alcançadas, contribuindo para o redimensionamento do projeto da escola em busca de novos caminhos, investindo em mudanças significativas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A construção do Projeto Político Pedagógico requer o envolvimento e o comprometimento de toda comunidade escolar: professores, equipe técnica, alunos, pais e a comunidade como um todo. E, é justamente aí que está o gargalo mais estreito para a construção desse documento, pois, promover a participação de todos não é tarefa fácil. Para lograr êxito, torna-se necessário articular estratégias de envolvimento que alcancem o maior número de pessoas possível. A prioridade é a presença física nas reuniões, mas na impossibilidade de comparecimento, a escola deve permitir inclusive, a participação por meio de questionários, caixa de sugestões e outros mecanismos não presenciais.

[...] a construção do Projeto Político Pedagógico é um instrumento de luta, é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, à dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central. (VEIGA, 1998, p.6)

Mas o esforço vale a pena, pois, os ganhos começam com o processo de construção. As discussões, os embates de ideias. A apresentação da visão do outro, os *feedbacks*, enfim, toda a movimentação democrática, fortalece e muito o coletivo escolar. As pessoas envolvidas no processo começam a entender as funções, dificuldades e avanços de umas das outras, com isso, o reconhecimento e as parcerias ganham mais força. A realidade escolar começa a aparecer de maneira clara e sem rodeios, e as ferramentas democráticas se fazem necessárias na hora de por em prática a dinâmica da igualdade de voz e voto, todos tem direitos iguais.

Muito ainda precisa ser conquistado, o caminho é longo, com muitas curvas e cheio de surpresas, mas o mais importante é saber que a escola escolheu o caminho certo. A discussão coletiva e o esforço para alcançá-la, vai além de pensar soluções para os problemas da unidade escolar, ela é um *modus operandi* didático, em que os sujeitos aprendem o processo através do próprio processo. A escola ganha, os alunos ganham, os funcionários ganham, e a comunidade escolar coloca sua marca na construção da sua escola. Não é fácil, mas é um movimento necessário, todos estão aprendendo muito nesse processo.

## REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **Escola Plural**. Belo Horizonte: SME, 1994.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: município e escola. In: FERREIRA, N. S.; AGUIAR, M. A. (Orgs.). **Gestão da Educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8069/90. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9394/96. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEE, 1997.

CAVALIERE, A. M. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, 2007.

CURY, C. R. J. **O direito à educação**: um campo de atuação do gestor educacional na escola. Escola de gestores (texto digitado). 2005.

DALBEN, A. (Coord.). Avaliação da implementação do Projeto Político Pedagógico Escola Plural. Belo Horizonte: UFMG/ FAE/Game, 2000.

DOURADO, L. F.; NAVARRO, I. P.; WITTMANN, L. C.; AGUIAR, M. A. da S. GRACINDO, R. V. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Brasília: MEC/INEP, 2007.

FERREIRA, R. (Coord.). **Construindo a Educação na Cidade de Camaragibe**. Camaragibe: Secretaria de Educação, 1999.

FREITAS, J. **O Brasil chafurdado**. Folha de São Paulo, 23 de abril, 2000.

GONÇALVES, J. dos S.; CARMO, R. S. do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**. 2001. 94p. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Licenciamento em Pedagogia – Administração Escolar) – Centro de Ciências Humanas e Educação, Universidade da Amazônia, Belém, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Elaboração: Navarro, I. P.; Wittmann, L. C.; Dourado, L. F. Aguiar, M. A. da S.; Gracindo, R. V. Brasília: MEC/SEB, 2004.

MOREIRA, A. F. B. Propostas curriculares alternativas: limites e avanços. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 73, p. 109-138, 2000.

RIBEIRO, V. M. KALOUSTIAN, S. (Coord.) **Indicadores da qualidade na educação**. Brasília: INEP, 2005.

SÁ, A. L. C. de. **O papel do gestor escolar frente aos novos desafios da contemporaneidade**. 2010. 49p. Monografia (Especialização em Administração e Supervisão Escolar) – Instituto a Vez do Mestre, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, L. L. C. P., MOREIRA, A. F. Questões de seleção e de organização do conhecimento. **Idéias**, São Paulo, n. 26, p.47-65, 1995.

SÃO PAULO, SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **A organização do ensino na rede estadual**: orientação para as escolas. São Paulo: SEE, 2000.



SOUSA, S. M. Avaliação da Aprendizagem na Escola de 1º grau: legislação, teoria e prática. 1995. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1995.

SOUSA, S. M. Z. L. **Avaliação institucional:** elementos para discussão. Escola de Gestores. Brasília: MEC/SEB, 1999.

UNESCO. Proyecto Regional de Indicadores Educativos. **Alcanzando las metas educativas:** Informe Regional. Santiago de Chile, 2003.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto Político Pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.

**ANEXOS**  
**ANEXO A**

**CALENDARIO - 2013 - Ensino Fundamental**

Escola Municipal "Professor Darcy Ribeiro

JANEIRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				
Escolar: 00		Letivo: 00				

FEVEREIRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
Escolar: 01		Letivo: 16				

MARÇO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						
Escolar: 01		Letivo: 18				

ABRIL						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				
Escolar: 01		Letivo: 21				

MAIO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	
Escolar: 00		Letivo: 21				

JUNHO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						
Escolar: 01		Letivo: 19				

JULHO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			
Escolar: 00		Letivo: 15				

AGOSTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	
Escolar: 02		Letivo: 17				

SETEMBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					
Escolar: 02		Letivo: 21				

OUTUBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		
Escolar: 00		Letivo: 18				

NOVEMBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
Escolar: 01		Letivo: 20				

DEZEMBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				
Escolar: 01		Letivo: 14				

LEGENDA					
	Início e término do ano escolar		Férias		Dia Letivo Integrador
	Início e término do ano letivo		Dia Letivo		Dia Nacional da Consciência Negra - Lei 10.639/03
	Recessos e feriados		Dia Escolar		Eleição de Diretores

< 1º SEMESTRE >	
Dias Escolares	Dias Letivos
04	110

< 2º SEMESTRE >	
Dias Escolares	Dias Letivos
05	90

TOTAL GERAL	
Dias Escolares	Dias Letivos
09	200

Assinatura/Carimbo Diretor(a)

Assinatura Dinâmica Escolar

Carimbo da Escola  
Divinópolis, 28/12/2012

**ANEXO B**

PLANO CURRICULAR - 2013				
Projeto Experimental Educação de Jovens e Adultos - EJA				
Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro				
Endereço: Rua Lincoln Machado, 59 - Centro - Cep: 35500-089				
Município - Divinópolis/MG				
Indicadores Fixos		1º Segmento	2º Segmento	
Dias Letivos Anuais		160	120	
Semanas Letivas Anuais		40	80	
Módulo Aula		1h 30min	1h 30min	
Dias Semanais		04	04	
Carga Horária Presencial		533:20	1066:40	
Carga Horária Não Presencial		336:40	533:20	
Recreio Diário		20min	20min	
Duração do Turno		3h 20min	3h 20min	
Carga Horária Total		870:00	1600:00	
Conteúdos Curriculares	1º Segmento		2º Segmento	
	CHA Presencial	CHA N. Presencial	CHA Presencial	CHA N. Presencial
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa - Artes	180:00		300:00
	Ciências Matemática Geografia História	180:00		360:00
			336:40	346:40
				533:20
Parte Diferenciada	Língua Estrangeira Moderna: Inglês	-		60:00
	<b>Total</b>	<b>533:20</b>	<b>336:40</b>	<b>1066:40</b>

Observações:

- 1- A História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena será integrada à História e Geografia - (Lei Federal nº 11945/2008).
- 2- Os Estudos sobre Direitos Humanos permeará todos os conteúdos curriculares (Lei Estadual nº 12767/1998).
- 3- A Educação Ambiental permeará todos os conteúdos curriculares (Lei Federal nº 9795/1999).
- 4- A Educação Fiscal permeará todos os conteúdos curriculares (Lei Municipal nº 6528/2007).

Divinópolis, 28 de dezembro de 2012

DIRETOR(A) ESCOLAR

DINÂMICA ESCOLAR

PLANO CURRICULAR - 2013									
ENSINO FUNDAMENTAL									
Escola Municipal:				Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro					
Endereço:				Rua Lincoln Machado, nº 59 - Centro					
Município:				Divinópolis/MG					
Dias Letivos Anuais: 200				Carga Horária Anual: 833h e 20 min					
Semanas Letivas Anuais: 40				Duração do Turno: 04h e 30 min					
Módulo Aula: 50 minutos				Recreio diário: 20 min					
Dias Semanais: 05									
Áreas de Conhecimento	ANOS INICIAIS								
	Ciclo da Alfabetização								
	1º Ano		2º Ano		3º Ano				
	AS	CH	AS	CH	AS	CH			
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa	06	200 h	06	200 h	06	200 h	200 h	
	Matemática	05	166h40min	05	166h40min	05	166h40min	166h40min	
	Geografia	03	100h	03	100h	03	100h	100h	
	História	03	100h	03	100h	03	100h	100h	
	Ciências	02	69h40min	02	69h40min	02	69h40min	69h40min	
	Educação Física	02	69h40min	02	69h40min	02	69h40min	69h40min	
	Arte	01	33h20min	01	33h20min	01	33h20min	33h20min	
	Ensino Religioso	01	33h20min	01	33h20min	01	33h20min	33h20min	
	Parte Diferenciada	Psicomotricidade	01	33h20min	01	33h20min	01	33h20min	33h20min
		Literatura Infantil	01	33h20min	01	33h20min	01	33h20min	33h20min
<b>Total</b>		<b>25</b>	<b>833h20min</b>	<b>25</b>	<b>833h20min</b>	<b>25</b>	<b>833h20min</b>	<b>833h20min</b>	

Observações:

- 1 - Os Estudos sobre Direitos Humanos permeará todas as Áreas de Conhecimento (Lei Estadual nº 12767/1998).
- 2 - A Educação Ambiental permeará todas as Áreas de Conhecimento (Lei Federal nº 9795/1999).
- 3 - A Educação Fiscal permeará todas as Áreas de Conhecimento (Lei Municipal nº 6528/2007).
- 4 - A História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena será integrada à História e Geografia (Lei Federal nº 11645/2008).

Divinópolis, 28 de dezembro de 2012

DIRETOR (A) ESCOLA

DINÂMICA ESCOLAR

PLANO CURRICULAR - 2013							
EDUCAÇÃO INFANTIL							
Escola Municipal : Escola Municipal "Professor Darcy Ribeiro							
Endereço: Rua Lincoln Machado, nº 59 - Centro							
Município - Divinópolis/MG							
Eixos de Trabalho	1º Período			2º Período			
	AS	MA	CHA	AS	MA	CHA	
Formação Pessoal e Social/Conhecimento de Mundo	Identidade e Autonomia	2	80	66 h 40 min	2	80	66 h 40 min
	Movimento	3	120	100 h	3	120	100 h
	Música	3	120	100 h	3	120	100 h
	Artes Visuais	2	80	66 h 40 min	2	80	66 h 40 min
	Linguagem Oral e Escrita	6	240	200 h	6	240	200 h
	Natureza e Sociedade	3	120	100 h	3	120	100 h
	Matemática	6	240	200 h	6	240	200 h
	<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>833 h 20 min</b>	<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>833 h 20 min</b>
	Recreio	-	-	66 h 40 min	-	-	66 h 40 min

Legenda: AS: Aulas Semanais / MA: Módulos Anuais / CHA: Carga Horária Anual

- 1 - A Educação Ambiental será integrada ao eixo de Trabalho Natureza e Sociedade (Lei nº 9795/99).
- 2 - A Educação Fiscal permeará todos os eixos de trabalho. (Lei Municipal nº 6528/2007)

Divinópolis, 28 de dezembro de 2012

DIRETOR(A) DA ESCOLA

DINÂMICA ESCOLAR

#### INDICADORES FIXOS

Dias Letivos Anuais:	200
Semanas Letivas Anuais:	40
Carga Horária Anual:	833 h 20 min
Duração do Turno:	4 h 30 min
Duração do Recreio:	20 min
Módulo Aula:	50 min

